



Projeto de Resolução n.º 1488/XIV/3ª

Recomenda ao Governo que proteja as espécies migradoras na bacia hidrográfica do Vouga

Exposição de motivos

Foi emitida uma licença de utilização dos recursos hídricos por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), em que se prevê a construção de uma ponte-açude na zona de estuário do Rio Vouga, em plena Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro e sítios classificados no âmbito da Rede Natura 2000. Esta obra, cujo promotor é a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, padece de graves problemas, quer ao nível do projeto propriamente dito, quer no que diz respeito a todas as etapas procedimentais que culminaram na aprovação do licenciamento ambiental em fevereiro de 2021.

Em termos ambientais, este projeto é desastroso para as espécies de peixes migradores, onde se incluem populações em risco como a lampreia marinha (estatuto de ameaça: “Vulnerável”) e o sável, a truta marisca e a enguia, todas elas classificadas como “ criticamente em Perigo” em território português. A infraestrutura, tal como se encontra atualmente projetada, impede a passagem destes peixes, que à exceção da enguia, se reproduzem exclusivamente em água doce, comprometendo a viabilidade destas populações na bacia hidrográfica do Vouga. Para além disso, é expectável que os impactos negativos deste projeto se estendam a outras redes hidrográficas da Região Centro, designadamente o Mondego, uma vez que as populações destes peixes estão interligadas durante a fase marinha do seu ciclo de vida.

A própria licença emitida pela APA considera que a construção deste açude “poderá introduzir impactes severos e irreversíveis sobre a fauna piscícola”, não se compreendendo a ausência de medidas de mitigação prévias à execução de uma obra com um orçamento superior a 10 milhões de euros.

Numa altura em que a União Europeia estabeleceu na sua Estratégia para a Biodiversidade 2030, o objetivo de restaurar pelo menos 25 000 km de rios livres de obstáculos na Europa, através da remoção de barreiras e recuperação de zonas de inundação, este projeto caminha no sentido oposto, estando em clara contradição com o Pacto Verde Europeu.



A própria Comissão Europeia financia projetos de conservação e restauro ecológico na bacia hidrográfica do Vouga, como é o caso do projeto LIFE Águeda, cujo objetivo principal é a eliminação de obstáculos para os peixes migradores nos rios da região. Ora, a construção da ponte-açude no Rio Novo do Príncipe coloca em causa os objetivos deste projeto, também ele de vários milhões de euros, tendo efeitos diametralmente opostos aos que se deseja atingir para a conservação da natureza na área de intervenção.

Para além dos impactes ambientais negativos já mencionados, todo o procedimento administrativo deste projeto apresenta falhas graves, começando pela repescagem de uma Declaração de Impacte Ambiental de outubro de 2003 para a requalificação da pista de remo de Aveiro, um propósito totalmente distinto daquilo que hoje se apresenta para esta infraestrutura.

Para além disso, há 20 anos atrás (data do Estudo de Impacte Ambiental) não existiam sequer os atuais sítios classificados da Rede Natura 2000 nem o Aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida, o qual provocou alterações significativas nas dinâmicas existentes na bacia hidrográfica do Vouga. Tratando-se de um projeto infraestruturante para a região, este deveria carecer de consulta pública e estar integrado no processo de Avaliação de Impacte Ambiental do Sistema de Defesa Primário do Baixo Vouga Lagunar, dada a interligação entre ambos projetos.

Urge portanto reverter a licença de utilização de recursos hídricos emitida pela APA e realizar uma avaliação de impacte ambiental que tenha em linha de conta a nova realidade da bacia hidrográfica do Vouga, e que preconize a construção de uma passagem para peixes, de forma a mitigar os impactes negativos desta obra. Adicionalmente, deverá também ocorrer um processo de participação democrática e consulta pública para garantir o desenvolvimento sustentável e harmonioso desta região rica em valores naturais.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do PAN, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:



Realize uma avaliação de impacte ambiental atual para o projeto de construção do Açude do Baixo Vouga Lagunar.

Assembleia da República, Palácio de São Bento, 27 de outubro de 2021

As Deputadas e o Deputado,

Bebiana Cunha

Inês de Sousa Real

Nelson Silva